



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE JANEIRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Arlindo Barbosa

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 11 horas.

A Comissão Dos Direitos Humanos, Género e Cidadania, 5.ª Comissão, auscultou O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (António Dias), para responder a algumas petições enviadas por alguns cidadãos das roças Nova Moca e Santa Josefina e o Talhão da Sra. Maria Dias. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro da Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Pescas (António Dias) e o Sr. Coordenador Geral do Ministério da Agricultura (Paulo Pascoal), a Sra. Deputada Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), os Srs. Deputados Arlindo Semedo (MLSTP/PSD) e Hélder Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 12 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrático (MLSTP/PSD):

António Afonso Ramos
Arlindo Barbosa Semedo
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Hélder das Neves

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Firmino João Raposo

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, antes de mais, queremos agradecer-lhe pela sua prontidão em comparecer a esta reunião. Isto é de louvar, porque quando existe diálogo, podemos entender-nos mutuamente, para a melhoria da vida económica e política do País.

Portanto, chamo-me António Ramos e sou Presidente da 5.ª Comissão. Do meu lado direito está o Sr. Arlindo Barbosa, que é Secretário desta Comissão, e outros Srs. Deputados, que são também membros desta Comissão.

Convidamos o Sr. Ministro porque nos preocupa algumas coisas, portanto, recebemos algumas petições, mas, de acordo com o artigo 46.º do Regimento, temos que auscultar todos os intervenientes possíveis. Posto isso, teremos que emitir um competente parecer em relação a essas petições. Quero dizer que as comissões não decidem, elas aconselham e tentam arranjar sempre propostas de solução.

O convite que foi endereçado ao Sr. Ministro prende-se com o problema de terras, temos aqui muitas petições relacionadas com esta questão. Não sei se o Sr. Ministro chegou a receber as petições, enviámos cópias das mesmas, mas na conversa que tive consigo disse que tinha conhecimento de algumas dessas petições. Talvez o Sr. Ministro possa conhecer melhor este assunto que eu, porque eu presido a Comissão há poucos meses. O Sr. Ministro como «homem de terreno» e conhecedor dos problemas da terra pode brindar-nos com algumas explicações e até propor soluções, porque o que queremos é o diálogo.

Tivemos aqui o responsável da comunidade da roça Nova Moca; a Sra. Maria Felipa Dias, vulgo *Má Cutu*, residente em Canavial e os agricultores de Santa Josefina, antiga dependência da ex-empresa agrícola Porto Alegre. Ouvimos essas pessoas e os conflitos são os seguintes: a Sra. *Má Cutu* diz que cultiva há mais de 30 anos e agora veio um senhor de nome Gervásio que diz ter posse da roça, os filhos da senhora são presos constantemente, algemados, e o caso foi parar ao Ministério Público; os agricultores de Santa Josefina dizem que têm títulos de posse, mas agora a AGRIPALMA ocupou a terra, destruiu tudo e eles ficaram sem nada; as pessoas da comunidade Nova Moca põem o problema de um senhor que estava a explorar a roça, mas não teve em conta as condições sociais dos residentes, não há possibilidades de eles construírem casas, não há desenvolvimento, o senhor destruiu as creches e tentou fazer alteração dos edifícios. Portanto é uma série de questões que gostaríamos de ouvir o Sr. Ministro que, talvez, nos pudesse ajudar para que possamos emitir um competente parecer sobre essas questões, de forma a tentar arranjar uma solução. Sei que uma ou outra parte deve ceder e para essa cedência queremos preparar uma proposta de solução que seja viável e duradoura.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas** (António Dias): — Sr. Presidente, muito obrigado pela exposição.

Gostaria de dizer que nestes últimos dias temos estado muito sobrecarregados e mesmo assim fizemos questão de cá vir. Como disse, aceitei a proposta, estamos na preparação do orçamento e das GOP e nos encontros com os parceiros internacionais para ver a questão da alocação de verbas, discussão de projectos e prioridades, mas antes de vir cá, junto da equipa do Ministério, pudemos nos informar.

O primeiro aspecto tem a ver com a questão da roça Santa Josefina, o segundo, da roça Nova Moca, o terceiro com o talhão da Sra. Maria Felipa Dias e o quarto aspecto tem a ver com a possibilidade de levar a cabo o fórum sobre as terras ao nível do País.

No que concerne à roça Santa Josefina, o problema coloca-se com o projecto AGRIPALMA. Como sabem, esse projecto é estruturante para a zona Sul e isso é indesmentível. É um projecto que hoje já emprega qualquer coisa como 5 centenas de pessoas daquela zona e não há dúvidas de que é um projecto estruturante para aquela zona. Essa reivindicação por parte dos residentes de Santa Josefina prende-se

com a necessidade de indemnização. Já nos informamos e soubemos que todas aquelas parcelas foram completamente abandonadas e, normalmente, as parcelas abandonadas o Estado tem o direito de confiscar e dar um outro tratamento.

Coloca-se a questão social e humana e compreendemos a preocupação. O problema que se coloca é que tivemos as mesmas reivindicações noutras zonas e viu-se um termo com a empresa AGRIPALMA juntamente com o Estado, a possibilidade de lhes conceder uma indemnização. Na minha opinião, é na esteira disso, depois de terem tomado conhecimento da indemnização que se concedeu aos beneficiários das outras zonas, então os da Santa Josefina acham-se também no direito de receber a referida indemnização.

Temos estado a trabalhar com a AGRIPALMA e estamos a tentar equacionar essa possibilidade de conceder uma indemnização a esses agricultores de Santa Josefina. Eles tinham abandonado por completo essas terras de Santa Josefina e têm estado a explorar terras em Porto Alegre, desenvolvendo culturas alimentares.

Todas essas terras adstritas, concedidas à AGRIPALMA estavam completamente abandonadas e só serviam para fazer uma ou outra colheita de coco e de vinho da palma. Toda a actividade principal dessas pessoas de Santa Josefina tem sido exercida nas parcelas de Porto Alegre e esses agricultores continuam na posse daquelas parcelas. Por essa razão, acho que essa questão é simples e há sensibilidades de ambas as partes, o Ministério e também da empresa AGRIPALMA, de forma que se encontre um meio-termo para se poder resolver essa questão.

Ao nível do Ministério, vamos tentar quantificar a questão ligada à indemnização e na devida altura vamos poder trabalhar com o grupo e acho que o bom senso prevalecerá.

No que concerne a Nova Moca, o problema é mais preocupante. Como sabem, não só a nível da roça Nova Moca, mas a nível do País, sobretudo no que concerne às zonas de baixa altitude, tendo em conta a pressão demográfica, se falarmos do território do País, 1001 km² para aproximadamente 200 000 habitantes, estamos a fazer referência a uma densidade populacional de 200 habitantes por 1 km², o que é muito elevado se tivermos que comparar com outros países africanos. Só Angola deve ter 30 habitantes por 1 km² e estamos a aproximar 200 habitantes por km².

Constatamos que quase 80% da população se concentra nas zonas de baixa altitude. Porquê? Porque temos muitas terras, ou seja muita superfície acidentada, que é reservada ao nosso património, zonas protegidas, como quem diz, estaríamos a falar de 130 000 pessoas para uma superfície de 500 km², porque toda a gente está aí nesta zona. Logo, a pressão é maior.

É esse o problema que se coloca ao nível de Nova Moca e vai-se colocar muito mais com maior acutilância no futuro. Depois esse é um problema recorrente que não data de hoje, vem já de há muito tempo.

A questão prende-se com o facto de a população de Nova Moca ter estado a crescer e a juventude precisa de espaço para construção. O Estado preparou um contrato de concessão para 20 anos, de 2001 a 2021, com uma sociedade agrícola são-tomense, cujo maior accionista, se calhar, é o italiano Cláudio Curalo. Podemos depois facultar a cópia deste documento à Comissão...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Mas eles disseram que é para 17 anos.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Para 17 anos? Eles é que disseram? Mas o documento que temos aqui diz: «Aos quatro dias do mês de Dezembro de 2001...». «Essa minuta de contrato é celebrada entre o Governo da República de São Tomé e Príncipe e esta sociedade agrícola, para a concessão de uma parcela de terra agrícola denominada Nova Moca, Monte Café, pertencente ao Estado». É mais ou menos isso e, se calhar, havia um primeiro contrato e depois foi feito outro, mas também fiquei com a impressão de que o senhor já está lá há bastante tempo. Seja como for, diz aqui na cláusula quatro «obrigações da concessionária», no ponto 4.3, «...não permitir a terceiros a ocupação ou apossamento da média empresa (...)», como quem diz, a sociedade agrícola são-tomense está no direito de impedir qualquer que seja a ocupação, ou o apossamento dessas terras, por isso o Ministério, de momento, não pode fazer grande coisa. Já houve muitas iniciativas, mas resultaram no fracasso, porquê? Porque é um documento legal que engaja as partes e o Estado deve ser exemplar, não pode violá-lo, sob pena de ser processado. Agora, se o accionista ou o representante desta sociedade fosse uma pessoa simpática, sensível, se calhar o bom senso prevaleceria. Estamos a falar de qualquer coisa como 102,5 hectares e numa zona peri-urbana, porque aquilo já se tornou peri-urbana. Se era rural, hoje é peri-urbana, logo se há essa vontade da juventude, era uma questão apenas de bom senso. Inclusive mesmo ao nível do Ministério já tínhamos feito essa proposta, para que a gente revisse a minuta do contrato e que ele colocasse à nossa disposição um hectare e ficasse com 101,5 hectares.

Mesmo no que concerne à questão do pagamento das taxas, também teria repercussão, também íamos baixar a taxa de pagamento e de arrendamento, mas não há sensibilidade por parte do representante dessa sociedade. Digo mais, o indivíduo está na posição de força e o Estado está numa posição de fraqueza. Por essa razão é que há essa relutância. Há um documento legal e deve ser respeitado por ambas as partes.

O outro aspecto, o documento diz, sobretudo no que concerne às obrigações da concessionária: «explorar a média empresa, utilizando onde seja possível, orientada sobre padrões agrícolas tecnicamente recomendáveis, através da sua força de trabalho e, eventualmente, de terceiros; conservar as terras, preservar o meio ambiente e não proceder ao abate de árvores sem autorização legal». Acho que vamos tentar orientar uma comissão técnica do Ministério, juntamente com o concessionário, para que possa ir lá verificar se na realidade os 102,5 hectares têm sido trabalhados e explorados como deve ser. Só a partir daí é que o Ministério pode ganhar alguma força e dizer, «o senhor está relutante, não quer fazer nenhuma cedência, mas tem 30 ou 40 hectares abandonados, como é que justifica isso? O Estado concedeu ao senhor 102,5 hectares para serem investidos e o senhor está a investir em 60 ou 70, enquanto 30 estão abandonados». Isso podia buscar um certo equilíbrio entre o Estado e o concessionário e só assim é que o Estado, ganhando força, podia ter mais argumentos para o convencer a ceder que se faça ajuste no contrato e colocar à nossa disposição um hectare de terra para essa questão ligada à construção de casas.

Estamos sensíveis, compreendemos a questão, mas também deverão compreender, sobretudo os Srs. Deputados, que não podemos estar acima das leis. Não podemos, só porque temos essa demanda da juventude. Temos que fazer tudo na base das leis. Se o concessionário estivesse sensível seria muito fácil.

A Sra. Maria Felipa Dias já vem labutando numa superfície de 500m², houve um erro técnico da equipa técnica lá do Ministério, quando fez o levantamento e não sei o que se passou, cedeu qualquer coisa como 3 hectares ao Sr. Gervásio Costa Alegre, onde uma parte dos 500 m² da senhora também ficou dentro. Já discutimos isso e vamos, rapidamente, contactar o Sr. Gervásio e a Sra. Maria Dias, conversar com as partes e acho que o bom senso vai prevalecer. Vamos anular o título dos três hectares concedidos ao Sr. Gervásio e vamos conceder-lhe um novo título, subtraindo os 500m² da Sra. Maria, e vamos conceder à senhora um título de propriedade de 500m². 500m² é muito pouca coisa, mas a senhora precisa e é legítimo que ela faça essa reivindicação. Ali não haverá problemas e vamos fazer isso o mais rapidamente possível.

No que concerne à realização do fórum, achamos a proposta da 5.^a Comissão brilhante, inclusive vai ao encontro daquilo que também esperamos, mas, seja como for, há algumas condições que devem ser criadas. Primeiro, tem a ver com a legislação fundiária, que é de longa data e este ano temos estado a envidar esforços para que tenhamos uma nova legislação fundiária ao nível do País. Inclusive ainda hoje recebemos dois especialistas moçambicanos nesta área. Logo, acções estão em curso e vamos poder realizar isso.

A outra questão prende-se com o recenseamento geral agro-pecuário, que data desde 1993 e já lá vão aproximadamente 20 anos. Recordo-me ainda que aquando da discussão do Programa do Governo, a Sra. Deputada Maria das Neves fez questão de dizer isso. Isso aparece em todos os programas de governos, mas sempre é um sonho nunca realizável. Tomamos isso ao nível do Ministério como a prioridade das prioridades, é um dos nossos «cavalos de batalha». No orçamento já conseguimos mobilizar qualquer coisa como 40% da verba para o efeito. Enviamos uma nota à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), estamos a envidar esforços juntamente aos parceiros para ver se conseguimos mobilizar por volta de 450 000 euros, que são necessários para a implementação e realização do recenseamento geral agro-pecuário.

Tendo esses dois dispositivos o Ministério estará devidamente em condições, juntamente com a 5.^a Comissão, para levar a cabo o referido fórum, que é muito importante ao nível do País.

Pensamos que, no concerne à reforma fundiária, até o fim do ano teremos, no que concerne ao recenseamento geral agro-pecuário tudo vai depender da sensibilidade dos nossos parceiros. Mas o que podemos garantir é que, no mínimo, pelo menos 50% vai ser feito este ano.

Se conseguirmos mobilizar os 450 000 euros, tudo será feito, porque há competência técnica, toda a gente está preparada e motivada e a Direcção do Planeamento está a fazer um trabalho brilhante, criando os preparativos para que isso tenha lugar. O problema irá colocar-se só na questão do financiamento. Como sabem, podia-se até pensar que com 450 000 euros não vamos conseguir mobilizar. Se calhar vamos conseguir mobilizar muito mais, só que não é só o recenseamento geral agro-pecuário que constitui a nossa prioridade. Vamos poder «distribuir os males pelas aldeias». Vamos poder afectar 40% daquilo que é necessário para o recenseamento e um bocadinho para todas as outras prioridades. Logo, pelo menos estamos seguros que vamos poder realizar 40 ou 50% do recenseamento. Se conseguir fazê-lo a 100% será melhor, podemos propor o fórum para 2013, se conseguirmos realizar o recenseamento geral ainda este ano. Não sendo o caso, podemos fazer 50% do recenseamento geral este ano, 50% no próximo e, quem sabe, propor o fórum para 2014. É mais ou menos isso.

Não sei se o Eng.^o Paulo Pascoal, que é Coordenador-geral do Ministério, e o Eng.^o Arnaldo, que é Director do Planeamento Agrícola, podem fazer algum complemento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Paulo Pascoal.

O Sr. **Coordenador-geral do Ministério da Agricultura** (Paulo Pascoal): — Sr. Presidente, Srs. Deputados da nossa Assembleia Nacional, como disse o nosso Ministro, também vou dar alguns pormenores para ajudar no entendimento das questões que foram levantadas.

Relativamente ao descontentamento dos agricultores da roça Santa Josefina, para complementar o que já foi dito, é que o serviço competente da Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural emitiu um título

de posse de terra a um grupo de cerca de 34 pessoas que residiam naquela localidade naquela altura, no ano de 1999, cerca de 51 hectares, dos quais 8 hectares residiam lá e os restantes residiam na zona Alto d' Ouro. Nessa zona, enquanto existia o fornecimento de géneros alimentícios do PAM, as pessoas foram-se aguentando e ia-se fazendo alguma coisa. Após o término do fornecimento desses géneros alimentícios, naturalmente que as pessoas abandonaram, pura e simplesmente, aquelas parcelas de terras e durante esses anos todos aquela zona só tinha palmeiras velhas. Portanto, o que se fazia ali era uma função meramente extractiva, como disse o Sr. Ministro, era, quando houvesse, a colheita do coco ou então o vinho da palma.

Esse mesmo grupo que abandonou aquelas parcelas, aproximou-se mais da zona da sede de Porto Alegre e é ali onde eles, à margem dos serviços competentes da Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural, foram criando as suas lavras e é onde fazem os seus sustentos, como o milho e outras culturas de subsistência e abastecem o mercado daquela região e não só, também a cidade capital. Essa é a questão que gostaria de frisar.

A questão ligada à juventude local da roça Nova Moca é uma que já se arrasta já há algum tempo, aliás é do conhecimento dos membros da 5.^a Comissão da nossa Assembleia. Esse problema arrasta-se porquê? Porque o Sr. Coralo tem maus feitios, tem ideias muito fixas, é inflexível e descuro um pouco a componente social. Estando a fazer-se um projecto numa zona que tem pessoas, esse projecto não pode estar desligado das pessoas que lá vivem. Não pode, é um erro. Portanto, as pessoas que lá vivem têm que fazer parte integrante do projecto, mas esse projecto descuro isso. Essa questão já foi levantada várias vezes, mas ele cinge-se muito aos termos do contrato. De facto o contrato lhe dá razão, é uma pena, mas se houvesse por parte dele uma certa sensibilidade é uma questão que se podia, através de uma adenda, acrescentar isso e fazer um anexo à minuta do contrato. Podia-se fazer e acho que o Sr. Ministro irá tentar convocar o senhor Coralo para um encontro e nessa altura iremos abordar de novo o problema e ver se de facto estaremos em condições de alterar o contrato.

Esqueci-me de um pormenor, relativamente ao grupo AGRIPALMA, o que está em causa no fundo é o que se está a fazer. Naquela zona está-se a conquistar áreas para compensar os 1272 hectares do Príncipe. Como sabem, o tal grupo HBD Vida Boa, de uma forma unilateral com o Governo da Região Autónoma do Príncipe, subtraiu aquela área no quadro desse projecto. Portanto, ao subtrair aquela área o Governo central foi forçado a compensar parte desta área na zona Sul do País. Para isso foi criada uma comissão técnica que tem estado a levar a cabo, no terreno, o levantamento e a identificação de áreas que estejam de facto em total estado de abandono.

É isso que estamos a fazer, só que nessa atribuição da indemnização há um critério que foi estabelecido desde a primeira hora, visitamos e fiscalizamos todas as parcelas de terra e chegamos à conclusão de que há parcelas que estão trabalhadas e cuidadas e achamos que o Estado deve compensar financeiramente o esforço que o indivíduo lá fez. Aliás, é precisamente esse o papel do Estado social, encorajar as pessoas e trabalhar nas áreas que estão de facto abandonadas. Então, o critério é compensar as pessoas que têm terras trabalhadas, através de indemnizações. Aquelas que estão abandonadas, pura e simplesmente, retiramos os títulos e entregamos a AGRIPALMA, que está a fazer um grande empreendimento estrutural na zona Sul do País. Naturalmente que as pessoas, ao terem conhecimento que um grupo de pessoas foram indemnizadas e outras não, têm estado a pressionar os órgãos de soberania nacional, no caso da Assembleia e do próprio Governo, para a rever essa situação e fazer com que também se beneficiem de parte desta indemnização.

Acho que o Sr. Ministro já entendeu que essa questão é uma coisa simbólica e pode-se, em perfeita sintonia com a AGRIPALMA, afectar uma indemnização simbólica às pessoas para tranquilizá-las e criar um bom clima de trabalho para a empresa que está a intervir naquela zona.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Tomo a palavra apenas para fazer uma pergunta, relativamente à parcela de Santa Josefina, em Cauê. O Sr. Coordenador disse que eles não trabalhavam as parcelas, mas seja como for eles têm a posse das terras. Antes de essas terras serem retiradas, chamaram essas pessoas para informar que lhes iam retirar as terras?

Quero também dizer, embora o senhor fale com precisão, que o Estado também, por vezes, peca porque sabemos que há pequenos agricultores que trabalham as parcelas de terra e o Estado lhes retira as terras sem lhes dar confiança. Temos vários casos desses lá no Distrito onde moro, Distrito de Lobata. Há vários casos, mas não quero aqui citar. Talvez dentro de um mês mais cartas vão dar entrada na Assembleia, porque não sabemos qual é a injustiça que se está a cometer neste país. Talvez o próprio Ministro de tutela não fique a saber, mas há funcionários que fazem algo por detrás que não é muito correcto.

Portanto, acho que se os pequenos agricultores não trabalhavam as terras, é papel do Estado e dos dirigentes chamá-los e conversar com eles, dar-lhes um tempo. Se depois disso não o fizessem, então deviam tomar essa medida, porque eles também são são-tomenses. Não retirar como retiraram, sem passar nenhuma informação e depois dizer que a parcela não era trabalhada. Sabemos em que situação os pequenos agricultores trabalham, porque o Estado deu-lhes as parcelas de terras, mas não criou nenhuma

condição para que trabalhassem as parcelas. Ou se criou, há pessoas que receberam créditos e outras não, mas há uma maioria que não receber nada. Sabemos que dificuldades enfrentaram durante esse período.

O Sr. Ministro já deu resposta relativamente à Sra. *Má Cutu*, mas esperamos que a resolução desse problema seja breve, porque a senhora já tem 70 e tal anos e o que ela explicou aqui é que foi ameaçada, os filhos por várias vezes já foram detidos e num país democrático acho que não é normal. Por isso fazemos a proposta para que essa medida seja tomada de forma urgente, porque só temos que considerar que são são-tomenses. Não ver porque este ou aquele tem mais dinheiro ou porque tem família numa determinada direcção, ou um estrangeiro que tem dinheiro e que por vezes pode subornar, mas ver também para outra parte social, para a vida que outros levam aqui no País.

Casos desses têm estado a acontecer, pessoas que têm muito dinheiro consegue quase tudo. Nós temos que inverter essa situação. O País é de todos nós e temos que saber levar a cabo as coisas.

Quanto aos jovens de Nova Moca, também os ouvimos muito bem, até os aconselhamos, mas eu tenho dúvida quanto à data que o Sr. Ministro pronunciou aqui. Eles disseram que o proprietário já está lá há 17 anos. É isso que nós ouvimos e se é um contrato para 20 anos quer dizer que faltam 3 anos.

Eles e eu também, como são-tomenses, há coisas que não devemos ceder, porque às vezes reclamamos ao ver o Presidente do Zimbabué tomar determinadas medidas, por vezes, essas medidas são necessárias, porque nós temos que reconhecer que somos são-tomenses e que primeiro somos nós, depois as outras pessoas que virão. Mas enfim, o País é mesmo assim, já cederam o espaço ao senhor, mas em termos de empreendimento o que é que ele tem feito pela zona? Não tem feito nada. Era uma comunidade que tinha até um jardim-de-infância, destruíram o jardim, crianças de 3 anos têm que percorrer quilómetros para irem a um outro jardim noutra localidade. Quer dizer, no aspecto social, esse homem é praticamente nulo. Independentemente de o Estado ter feito um contrato, há coisas que têm que ser revista, porque ninguém vem para um País estrangeiro determinar. O Estado tem que rever as coisas e se não estão a ir bem, eu acho que qualquer ministro ou Presidente da República deve estar á altura para resolver o problema de um país soberano.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Semedo.

O Sr. **Arlindo Semedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro e sua equipa, bom dia. Gostaria de agradecer-lhe pela sua intervenção, o Sr. Ministro falou como homem de Estado. Independentemente de estar há pouco tempo no Ministério, se bem que é um homem ligado à agricultura, falou-nos com propriedade. Isto significa dizer que tem acompanhado alguns dossiês e isso nos satisfaz.

Apontou-nos o caminho em relação a três questões, na minha opinião, o caminho certo, há vários problemas, a Sra. Deputada levantou algumas questões, mas de vez em quando o Estado peca e há continuidade e nós que assumimos esses cargos apanhamos por vezes essas questões quentes. O Sr. Ministro teve a capacidade de apontar-nos bons caminhos. Em relação à questão da Sra. *Má Cuto*, penso que não é polémico, porque o Sr. Ministro disse cá que é uma questão rápida e penso que o Sr. Ministro não vai demorar de honrar com a sua palavra. Porque se formos ver para o estado físico da senhora, enfim, devíamos ajudar nesse sentido e nós também já fizemos uma análise rápida de que a petição em relação à Nova Moca é mais polémica.

Em relação à Santa Josefina há uma contradição, os agricultores dizem que são possuidores de títulos de posse e também não foi desmentido aqui, mas os agricultores dizem que são terras trabalhadas, que tinham lá bananeiras, matabalas, limoeiros, enfim, por isso, nessa questão de indemnização aparecem.

Nós não temos propriedade, enquanto Assembleia, porque sabemos que como projecto estrutural temos que engajar os investidores, mas tem que ser a equipa técnica ou o ministério que está vocacionado, a dizer-lhes que essas terras foram ou não cultivadas antes da intervenção, porque o que eles disseram aqui foi que todas as suas plantações foram destruídas pela empresa AGRIPALMA, por isso pedem a indemnização e essa indemnização é das plantas que estavam no lote. Mas o Sr. Ministro já nos apontou o caminho, eu também estou de acordo com este caminho, o interessante é que a informação se passa.

Os próprios agricultores fizeram algumas declarações e nós aqui na 5.^a Comissão dissemos-lhes que essas declarações não devem ser feitas. Há um governo que entrou há cerca de um mês e que está a trabalhar no orçamento e o nosso objectivo com este encontro urgente é por causa disso mesmo. Aqui falou-se de indemnização, se fosse possível, era encontrar-se uma forma, porque isso tem que estar no Orçamento Geral de Estado, enfim, por isso é que temos que louvar a pressão e o acompanhamento que o Sr. Ministro tem feito.

O caso Nova Moca é polémico, às vezes o nosso Estado peca e é um problema grave, se iniciou em 2001, para 20 anos, ainda falta muito, mas eles dão aqui uma informação de que o indivíduo já está lá há 17 anos e não sei com que base de contrato eles estão a falar, mas aqui o Sr. Ministro apresentou-nos um outro contrato, penso que independentemente de o Estado pagar, quando o Estado faz uma concepção deve prever o crescimento da população, deve equacionar todas as questões sociais para permitir que efectivamente isso não se complique. Mas os interesses, às vezes, são muitos. Às vezes, nós que apanhamos esses cargos agora é que encontramos essas batatas de decisões que têm que passar por nós e em questões nos quais nós não participamos na sua decisão.

Sabemos que esses contratos têm algumas falhas, o Sr. Ministro apontou um caminho normal, porque o investidor está a pegar na questão jurídica, ele tem um documento assinado pelo Estado e se o Estado peca nesse contrato ele vai pedir também a sua indemnização.

Por isso é que o caminho que o Sr. Ministro apontou, no encontro é de bom senso, porque já sabemos o estilo do homem. Pelas informações que recebemos dos agricultores e os nomes que são atribuídos ao tal Coralo, enfim, já é suficiente para sabermos com que tipo de pessoa estamos a lidar, mas penso que o Sr. Ministro tem a capacidade, como apontou aqui, uma solução, uma equipa técnica para fiscalizar, ver os terrenos que não estão a ser trabalhados e equacionar uma via de solução, sobretudo o que eles reclamam é o espaço para construção, esta é que é a batata mais quente que eles têm na Nova Moca.

Em relação ao comportamento do homem, quem não gostou abandonou, já não trabalha para ele e está na sua horta. Penso que isso está ultrapassado.

Sr. Ministro, agradeço uma vez mais. Penso que esses caminhos são bons, isso encoraja e dá-nos uma margem para dizer que o senhor é um homem, de facto, de Estado e o diálogo é sempre importante, porque permite que aquando da discussão do OGE possamos ter uma visão dessas reclamações, porque já ouvimos o Governo, já ouvimos as partes.

Por isso, o que nós queremos é que aquilo que tem solução imediata se possa de facto agir para que os conflitos não se alonguem mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Neves.

O Sr. **Hélder Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas quero aconselhar o Sr. Ministro, já que foi dito que os anteriores governos pecaram com relação a essa questão de Nova Moca, não salvaguardaram a parte social e isso tem arrastado imensas questões que têm acontecido nessas comunidades.

Para dizer ao Sr. Ministro que a questão de terras está a trazer muitos problemas e trará mais problemas e o Estado em si tem que se preparar para a resolução desses conflitos. E para a resolução desses conflitos foi aqui dito pelo Sr. Presidente aqui na nossa abordagem sobre um fórum que certamente ajudará a colmatar todas estas situações.

E também foi aqui dito pelos moradores que há necessidade de se rever esse contrato mesmo, porque são 820 dólares que o Estado são-tomense recebe por ano. Não é normal! Tem que se rever essa situação, porque o Estado fez um contrato, sim, naquela altura, mas para mim devia ser revisto porque esse valor é muito ínfimo para o Estado são-tomense e o homem leva muito mais daquilo que o Estado está a ser beneficiado. E para isso, Sr. Ministro, quanto a mim, a medida e a decisão que pensam em tomar, enviar os técnicos para aquelas roças para verem as terras abandonadas, o espaço que não está a ser cultivado depois tomar uma decisão é um bom caminho que o Sr. Ministro tem que percorrer.

O Sr. **Presidente**: — Há ainda algum Sr. Deputado que queira intervir ou o Sr. Ministro quer dizer alguma coisa?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — O que posso assegurar aos Srs. Deputados é que pretendemos imprimir uma outra dinâmica ao Ministério.

No que concerne à essa questão da Sra. Maria Dias, é uma informação que nós temos ao nível da equipa técnica, acho que vamos contactá-la e também ao Sr. Gervásio o mais cedo possível, como quem diz, queremos que tudo seja feito em conversação com ambas as partes, de forma amigável.

Não havendo este clima, certamente, o Ministério tomará as decisões. Por isso é que vamos chamar ambas as partes e conversar, deverá prevalecer o bom senso e não havendo vontade para a resolução, logo, o Ministério decidirá de forma mais justa, isto é, retribuir à senhora os 500 m² para o seu sustento. E isso, posso garantir que no máximo em um mês estará feito.

No que concerne à Santa Josefina também pensamos que dentro do 1.º semestre deste ano estaremos em condições de ver isso com a AGRIPALMA, discutir as modalidades de indemnização e tudo isso, porque o nosso objectivo é fazer avançar as coisas.

No que concerne ao Sr. Cláudio Coral, como eu disse, vamos chamá-lo mais uma vez, já houve muitas diligências infrutíferas, mas vamos conversar com ele para que ele nos ceda um hectare ou dois para atender a essa demanda. E depois para que ele também melhore o seu comportamento, se ele faz intervenção na zona devia cultivar uma boa relação de vizinhança entre as pessoas.

A Sra. Deputada falou muito bem, e eu estou em condições de falar disso porque foi minha matéria, sobretudo no que concerne a questões de terras, eu acho que de quando em vez, temos que nos situar numa posição mediana, não podemos estar só do lado do agricultor, convém ficarmos numa posição neutra, porque às vezes tomamos parte para algo que não existe razão.

Explico-me: estou de acordo quando criticou o Estado, tem razão. Há muita concessão de terras trabalhadas para a empresa Saotocau, e isso não deve continuar e não vai continuar, mas as terras abandonadas vão ser confiscadas, sobretudo as pequenas parcelas para atender a demanda da juventude rural.

São os jovens desempregados que estão nas comunidades rurais que deram provas do trabalho agrícola, a eles é que vamos conceder essas terras. Porque não podemos conceber que pessoas tenham 2, 3, 4 hectares ao lado dos pequenos agricultores entregar isso a uma empresa, de certeza absoluta que haverá conflitos. Convém atender à preocupação da juventude.

Acho que esse reparo é muito importante, houve muita injustiça e de vez em quando essa injustiça é praticada não de forma inocente, é forma propositada porque há promiscuidade no meio de tudo isto, e nós sabemos, temos um departamento, que é o departamento da reforma fundiária, que depende da Direcção da Agricultura, que também estamos a crer e já tivemos conversa com os técnicos para que trabalhem para melhorar a imagem desta instituição.

Porque o Gabinete da Reforma Fundiária é um departamento que tem uma má imagem e toda gente sabe e assim todo o ministério apanha pela tabela. Para que o ministério tenha uma boa imagem acho que é preciso trabalhar para melhorar a imagem deste departamento.

Estamos optimistas que isso vai ser feito. É mais ou menos isso que gostaria de dizer. E se conseguirmos sensibilizar o Sr. Cláudio Coral, porque também me parece estranho, abordaram-me uma questão muito importante. Como é que se estivermos a falar de vinte anos como é que alguém pague 820 dólares no primeiro ano até o vigésimo ano continua pagando ainda mesmo valor. Mesmo que haja desvalorização total a pessoa vai continuando a pagar esse valor. São erros, não é!

Acho que se devia até prever dentro de cinco em cinco anos haveria uma valorização de 20% ou coisa de género, porque senão é como quem diz que alguém arrendou uma casa hoje por cem, duzentos mil dobras e vai ficar nessa casa durante vinte anos a pagar o mesmo valor. Mesmo em Portugal já se está a abolir isso.

Em muitos países europeus em que a taxa era fixa para quem fica por muito tempo, mais do que quinze anos, mas mesmo isso estão a rectificar. Porque o senhorio é que fica penalizado. Está a ver! Como quem diz o Estado é que vai ficar penalizado. Não pode ser o primeiro ano até vigésimo ano a mesma coisa. Como quem diz estamos imbuídos de dinâmica e queremos resolver as coisas. Compreenderão que há coisas que ultrapassam as nossas competências sobretudo a questão ligada a Nova Moca. Mas vamos trabalhar para que haja bom senso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Carlos Pascoal.

O Sr. **Coordenador Geral do Ministério da Agricultura**: — Queria precisar um pouco algumas intervenções.

O sector tem uma visão de desenvolvimento e esta visão está substrato a uma constatação que é a pobreza no meio rural. Esse país é um país pobre e a economia não se compadece com situações dúbias e assim ou vamos para esquerda ou para direita.

Não há país nenhum que eu conheça que tenha retirado o seu país da pobreza sem que houvesse de facto trabalho sério, honesto e sobretudo de pessoas de boa fé. E tem que haver uma política. E esse governo actual tem uma política. Política essa que em princípio é que o Governo tem um orçamento, um programa de investimento público para o ano 2013.

A zona sul é um dos sítios mais pobre do País que não tem nada. Não tem infra-estruturas sociais, infra-estruturas económicas, não tem empresa e aliás o País não tem empresas e portanto, esse país não pode continuar assim.

Acho que a concessão e a forma como é que o processo de distribuição de terra foi feito no meu entender e no entender de muita gente foi feito de uma forma errada e hoje estamos a pagar o saldo dos erros cometidos. Mas lá está e acho que não devemos estar a lamentar, porque com lamentações não vamos ao lado nenhum o que temos é que reagir e ter uma acção muito concreta.

Agora, falando muito concretamente deu-se a conhecer publicamente através da rádio e da televisão de que as terras pertencentes a Estado ia-se rever através de uma equipa que iria percorrer as terras do Estado para serem avaliadas e todas que estivessem no estado de abandono daríamos um tempo e um prazo para que pudesse recupera-las e caso contrario seriam retiradas e postas na disposição de uma outra pessoa que tivesse melhores condições.

Esta foi a política que começou ano passado e uma equipa tem estado a deslocar de uma forma permanente para o terreno para fazer esse trabalho. Falando concretamente de Porto Alegre, da zona sul do País, aquelas pessoas que dizem que têm lá palmeira, coqueiro, isso é tudo mentira. É falso porque eu estive lá. Eu estive nessa equipa e andei naquele matado todo.

Quando se diz que uma parcela de dois hectares tem um cafezeiro, uma bananeira, isso é brincadeira! E a economia não se compadece com esse tipo de brincadeiras. Eu pessoalmente não aceito!

Naturalmente tem que haver coragem! E quando se retira uma parcela é como quando nós temos nossa gleba. Nossa gleba está lá e só vamos lá retirar as cosas. E se vem outro indivíduo qualquer e solicita aquela coisa e a gente é capaz de matar o outro, porque essa terra é minha.

A terra é sua, mas o Estado deu-lhe a terra para trabalhar e aí vemos muita gente sem capital e que tem a terra muito bem trabalhada. Mas começaram e outros não começaram. Temos muita gente que não vivem

nas comunidades e como disse essa senhora e muito bem por amizades, esquemas, subornos porque têm dinheiro conseguiram parcelas que estão completamente encapoeiradas.

E temos muitos jovens nas comunidades rurais que não têm terra. Têm famílias, vivem em casas dos pais e não têm terra. Exigem que o Estado lhes dê terras. Portanto, acho que é mais judicioso o Estado retirar a terra as pessoas que a parcela não está trabalhada e entregar as pessoas que trabalham.

E temos exemplos concretos. Eu posso levar os senhores para Mato Cana onde existe lá grupo de jovens que entraram em parcelas de terra sem autorização de ninguém e estão a trabalhar aquelas áreas. Quando o titular de posse sob que a sua parcela está sendo trabalhada correu para a zona tentando negociar com os jovens para fazerem sociedade.

Lá está! Portanto, nós não podemos continuar a compadecer com esses tipos de situações. Concretamente, para zona sul não tenho problemas nenhuns de afirmar aqui a frente de seja quem for de que aquelas áreas como estão nem materialmente e nem humanamente as pessoas estão em condições de reabilitar aquelas zonas.

São palmeiras velhas que estão completamente abandonadas sem hipóteses mais que as pessoas abandonaram-nas e foram aproximando a sede de Porto Alegre e ali é que estão fazendo as suas lavras e suas culturas de subsistência.

Basicamente é isso. Isso é que está a passar no terreno. Acho que isso é bom porque ficam com uma noção exacta daquilo que está a passar no terreno e que não haja decisões ironias porque a economia não se compadece com esses tipos de situações.

Relativamente àquelas questões de jovens de Nova Moca. Eu também conheço mais ou menos o problema porque já estive lá várias vezes e até muito recentemente no ano passado fiz uma visita com o ministro cessante naquela zona, porque o Sr. Cláudio Coral queria destruir aquela casa principal do quintal e os moradores, os jovens acharam que não deveria fazer isso sem lhes consultar.

Bom, são situações que carecem de uma análise mais cuidada porque afinal de contas estamos a falar de uma área que está dentro da área de concessão. Está dentro de contrato e ele não está a imaginar coisa nenhuma. Foi o Estado de São Tomé e Príncipe que assinou, celebrou esse contrato com a tal sociedade e temos que ter muito cuidado com essas coisas porque isso falará lá fora.

Nós por um lado estamos a tentar atrair investimento estrangeiro. Celebramos contratos com os parceiros e somos nós que violamos, temos que ter cuidado com essas coisas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Acho que temos que estar atentos, porque o problema não se coloca só com o Sr. Cláudio Coral.

Quando o Estado tem um compromisso e não honra os seus compromissos os outros investidores que cá estão também acham que devem partir, porque estão a relacionar com um Estado que não tem credibilidade.

Se o Estado não assume o seu compromisso para com uma outra empresa isso cria mau precedente. Os outros também vão dizer que no futuro será comigo. Se calhar convém precaver já, porque com esse Estado não se relaciona e não há credibilidade. Sobretudo é um país em que quer lutar para que haja mais investimento, mais investimento e assim não pode ir por essa via.

Porque às vezes podemos pensar que estamos a tratar só de um empresário, mas a final de conta estamos a pôr em causa todo o empresariado nacional e estrangeiro. Logo como eu disse, o bom senso é que deverá prevalecer. Há uma outra questão que queria pedir ao senhor coordenador que falasse desta nota.

O Sr. **Coordenador Geral do Ministério da Agricultura**: — Eu tive acesso a uma nota proveniente da 5ª comissão da Assembleia Nacional. É uma carta em que a comissão reage face a uma exposição feita pelo cidadão de nome Agostinho Esteves da empresa ex-EMOLVE.

Portanto, este senhor pelo que está aqui ele devia ser transferido para uma outra casa porque o que se está a fazer neste momento na AGRIPALMA é pegar nas casas da antiga EMOLVE reabilita-las e afecta-las aos trabalhadores que trabalham no quadro do projecto.

Para além daquelas casas, o projecto também prevê construir mais cerca de cem casas para outras zonas como Santo António Mussacavú onde o projecto tem a tendência de alargar em toda aquela zona sul porque irá estar implantada com palmeiras. Em determinadas zonas vai-se criar povoações com casas para os trabalhadores.

Este Sr. Agostinho em princípio devia transferir para um outro lado. Mas ele achou por bem que não devia e assim resistiu. E enquanto ele ia resistindo a Direcção Geral da Empresa AGRIPALMA não pagou a indemnização a que ele tinha direito ou seja foi das últimas pessoas e talvez a única que não recebeu a indemnização devido precisamente pelo facto de não ter acatado uma orientação da Direcção Geral da Empresa.

Qual foi o nosso espanto? A 5ª Comissão ao reagir a essa petição faz uma nota endereçada directamente a Direcção Geral de AGRIPALMA e eles quando tiveram conhecimento do conteúdo dessa

carta ficaram abismados, confusos e vieram ter connosco a pôr o problema. E assim criou-se uma situação de um certo modo desagradável, porque achamos que estas questões concretas que passam ao nível dos projectos, das empresas que estão a Ministério de Agricultura nós gostaríamos de sugerir a 5ª Comissão que essas questões quando aparecem que encaminhem ao ministério reitor que é o nosso caso concreto, o Ministério de Agricultura.

Temos serviços competentes que têm vocação para lidar com esses problemas e então estaríamos em condições de pôr as questões de uma forma correcta no documento e então seria com base nesta informação que a 5ª Comissão trabalhasse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Arlindo Barbosa

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Esta carta não é da 5ª Comissão, mas faz menção de facto a 5ª Comissão e ademais está assinado por um Director de Gabinete.

Quanto a Sra. Josefina, eles falam que tem título de posse. Então dissemos na 5ª Comissão. Dá-nos o título de posse porque quando estivermos a falar com o Governo termos as questões sólidas.

Estão a falar aqui de 820 dólares e aquilo foi levantado por um deputado e eu não falei disso porque não tenho a garantia de que são de facto 820 dólares que a empresa paga ao Estado anual.

O Sr. Coordenador desmentiu-nos uma coisa aqui. Eles disseram-nos categoricamente que foram terrenos cultivados com plantas tais, tais e tais, mas aqui o senhor fez parte da equipa técnica e o que diz é tudo invertido. Por isso é que temos que ter cautela sobretudo quando estivermos a emitir qualquer tipo de relatório ou parecer para que a gente não desvie muito. Por isso, que as documentações são sempre importantes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Independentemente, das parcelas de terra que os de AGRIPALMA já ocuparam é que ainda estão a devastar parte da floresta que tem madeiras de grande porte e que provavelmente teremos consequências disso dentro de cinco anos ou mais.

Portanto, como Sr. Ministro já explicou aqui devido a roça Pagué onde estão os empresários de HB Boa Vida ou quê, então eu acho que ao nível do ministério, se estão a fazer um estudo em que possam ver a viabilidade quanto a espaço que esses estrangeiros devem ocupar independentemente de dar emprego aos nossos concidadãos.

Isto porque se nós estamos a lutar para travar a devastação no País, temos que saber que parcela na realidade temos que lhes dar, para empreender aquilo que querem empreender para o País, porque é sempre bem-vindo.

Mas temos que estudar também o nosso país, porque conhecemos que há países que depois de serem devastados o que é que poderá acontecer. E pelo menos nós conhecemos São Tomé e sabemos que é de origem vulcânica e vamos devastando, e depois o futuro dos nossos filhos, netos como é que será?

O Sr. **Presidente**: — Ora, para complementar queria dizer por exemplo, devastando Porto Alegre, eu não sei, não formei em agronomia mas geralmente deixa um corredor com árvores! Isto não aconteceu lá?

Não há esse corredor com árvores porque devastaram totalmente. Nenhuma árvore ficou e eu não sei se tecnicamente isto é assim e se é aconselhável. Porque normalmente deixa-se um corredor com árvores para proteger da erosão e outras coisas. Passei de lá e são poucas pessoas que passam e vê isso que não se sentem qualquer reacção. Gostaria ouvir dessa parte técnica.

Tem a palavra o Sr. Carlos Pascoal.

O Sr. **Coordenador Geral do Ministério da Agricultura**: — O projecto ao ser executado procedeu-se um estudo de impacto ambiental.

Houve um estudo que foi feito e foi encaminhado a Direcção Geral de Ambiente, porque tem lá especialistas, ambientalistas e o projecto foi analisado e aprovado com algumas correcções. Só para dizer que o processo de operação da desmatação antecede a ida de uma comissão pluridisciplinar que se desloca ao terreno, verifica área, anda por aquela área que se vai desmatar e só depois disso é que se autoriza que as máquinas pesadas façam a desmatação.

Portanto, é um trabalho cronometrado e está coordenado por uma comissão que avalia e autoriza por um lado. Por outro lado, a instalação das palmeiras não vai ser em tudo quanto é canto porque há critérios. Eles querem fazer instalação nas zonas planas, mas como o País não tem muita zona plana, porque é mais acidentado, é natural que nalgumas zonas com alguma descida e uma inclinação não muito acentuada que eles vão instalar as palmeiras.

De um modo em geral naquilo que chamamos de grotas, descida e inclinações muito acentuadas ali não se vai mexer. Provavelmente, quando se passa naquela estrada que vai para Porto Alegre, quando se vê todas aquelas áreas desmatadas de facto dá uma má sensação, mas são florestas terciárias.

Não são primárias porque no período colonial as roças coloniais eram todas florestas virgens. Aquelas florestas foram desbravadas e meteram-se cacau, palmeiras e coqueiros. Depois da independência um pouquinho antes da independência muitas áreas de cacaais como se sabe que na zona sul o cacau se dá muito mal.

Dá, mais com um custo muito elevado e então mesmo os roceiros naquela altura foram abandonando essas áreas marginais. E hoje o que é que se passa? Muitas áreas hoje que nós pretendemos e queremos reabilitar estão todas encapoeiradas.

O que é que temos que fazer? Temos que delimitar as áreas planas ou mais ou menos planas e deixar as outras áreas com a floresta que lá está. Portanto, não são florestas primárias, mas sim são terciárias. Também não é assim muita árvore de valor comercial como se pensa e eu não estive lá a andar naquele mato todo, mas as pessoas têm estados a trabalhar no terreno e dizem que de facto não é assim muita árvore de grande porte ou de material de grande valor comercial.

Agora, é natural nos rios, isto é, aquelas linhas de água inicialmente eles desbravavam até a margem o que não deve ser. É contra indicado. Deve ser desbravado pelo menos 50 metros de cada margem do rio. Nunca fazer o que eles começaram a fazer no início em que tudo quanto era desmatado mesmo na beira dos riachos, nas linhas de água, não! Isso era contra-indicado. Não se deve fazer. Portanto, essa equipa está no terreno e tem estado a dar esses conselhos e tem estado a seguir.

O Sr. **Presidente**: — Quero fazer três ou quatro questões, mas o que tenho aqui são muitas questões. Mas vamos fazer a contabilidade porque temos o caso de Alemanha Baixo, caso do Sr. Humberto Quaresma Batista Costa, Gânda, Cruscuto em que as pessoas ocuparam terrenos e meteram casas.

São muitas questões de terra. Sr. Ministro, não queremos pô-lo aqui durante várias e várias horas, porque são muitas questões que temos aqui. Não sei se o Sr. Ministro conhece alguma zona chamada Alemanha Baixo.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Eu acho se calhar antes de nós sermos convidados, pudesse-nos conceder isto ou entregar no ministério e quem sabe antes de nós sermos convocados podemos se calhar resolver uma ou outra preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Bom, não sei se algum dos Srs. Deputados tem alguma coisa a dizer e caso não haja estamos excessivamente atrasados e gostaria de agradecer a presença do Sr. Ministro mais uma vez a prontidão do senhor em de vir aqui na Assembleia Nacional porque isso demonstrar um bom espírito de colaboração. Estamos aqui para ouvir, e assim podemos emitir um parecer competente em relação a essa questão. E principalmente que o Sr. Ministro pelo menos já nos deu pistas de resolução de três problemas que é muito importante. Falou também da realização do fórum que são questões muito importante para nós e que todos nós ficamos a ganhar com isso para evitar esses problemas.

Muito obrigado Sr. Ministro mais uma vez.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Alguém aqui tem o número de contacto da Sra. Maria Dias?

O Sr. **Presidente**: — A Sra. *Mácuto*?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Sim.
Tem contacto da senhora?

O Sr. **Presidente**: — Senhora não tem móvel mas eu posso chegar no Conde e posso encaminhar. Eu vivo no Conde.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Não! A gente a convida para o ministério.

O Sr. **Presidente**: — Ah! Para convidar para ministério!
É só combinar e eu digo ao Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**: — Ah! Então, está bom.

O Sr. **Presidente**: — Mas de qualquer forma eu vou dar o número de contacto a Sr. Ministro.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Estiveram ausentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

José Manuel Costa Alegre

Carlos Manuel Cassandra Correia

José António do Sacramento Miguel

Martinho da Trindade **Domingo**